

“Histórias do Balaio”

Historiografia, memória oral e as origens da Balaiada*

Matthias Röhrig Assunção**

RESUMO: A Balaiada foi uma das primeiras grandes revoltas camponesas no Brasil e um momento importante na formação do campesinato maranhense. Apesar de uma série de pesquisas publicada nas últimas décadas, a história oficial e a oficiosa ainda estruturam nossas percepções a respeito do significado deste movimento para os protagonistas. Neste trabalho, pretende-se confrontar as versões da historiografia com o discurso da memória oral e os resultados de uma pesquisa documental. O enfoque principal dá-se sobre o papel de dois líderes nas origens da Balaiada. Pretende-se questionar a versão até hoje aceita sobre a origem da revolta, o que permite tirar conclusões a respeito do significado dela para os balaios.

PALAVRAS-CHAVE: Balaiada – camponeses – escravos – historiografia – memória oral

A REVOLTA QUE ENTROU NA HISTORIOGRAFIA COM O nome de Balaiada, foi, sem dúvida, uma das maiores insurreições populares ocorridas durante o Brasil-Império. Mobilizou pelo menos 12.000 homens contra os governos de duas províncias, controlou extensas faixas do território nacional durante os anos 1839-40 e requereu a intervenção maciça do governo central para ser finalmente subjugada. Apesar disto, não tem recebido muita atenção por parte da historiografia e tem sido freqüentemente mal interpretada. Uma das razões é sem dúvida o caráter periférico da área atingida pela revolta em relação a sociedade nacional. Em geral, os manuais de história dizem que aconteceu no Maranhão, quando na verdade abarcou apenas uma parte, se bem que a mais importante, desta província, mas além disto se estendeu por quase todo o Piauí e chegou

A R T I G O

* Este artigo foi originariamente apresentado na mesa redonda “Tradição Oral e Movimentos Sociais”, do IV Encontro Nacional de História Oral, Recife, 11 a 14 de Novembro 1997. Agradeço o convite dos organizadores, particularmente Antônio Montenegro da UFPE, e os comentários dos participantes.

** Historiador. Universidade de Essex, Inglaterra.

mesmo a alguns municípios do Ceará.¹ Por causa desta amplitude geográfica, ela teve características diferentes em cada sub-área da revolta. No sul do Maranhão e em grande parte do Piauí, foi uma revolta de fazendeiros de gado liberais. No vale do rio Itapecuru e na região conhecida como Maranhão Oriental,² pelo contrário, foi acima de tudo uma revolta de escravos e camponeses³ (ver mapa p. 85).

A importância da Balaiada reside, por um lado, justamente no fato de ser uma das primeiras grandes revoltas camponesas no Brasil. Foi um momento importante na formação do campesinato no Maranhão, no que é, hoje ainda, um dos estados brasileiros com a maior população camponesa. A Balaiada é parte integrante da história de resistência do campesinato maranhense, que nas últimas duas décadas vem sofrendo outra vez o impacto violento de um modelo modernizador que ameaça a sua sobrevivência enquanto grupo, ou modo de vida distinto.

Por outro lado, a Balaiada foi, como muitas outras revoltas do tempo da Regência, ou seja, a Farroupilha, a Sabinada, a Cabanagem e a Cabanada, uma revolta multiclassista. Ela envolveu também fazendeiros de gado, vaqueiros, e mesmo escravos. Há, no entanto, dois aspectos que a diferenciam das demais (talvez com a exceção da Cabanagem). Primeiro, à diferença das outras, contou com uma liderança popular desde o início. Segundo, é também exemplo pouco comum na história do Brasil de um movimento onde se esboçou uma aliança — efêmera, sem dúvida — entre camponeses livres e os escravos.

Apesar de uma série de pesquisas publicada nas últimas décadas, que contribuíram para o melhor entendimento da revolta, estamos longe ainda de uma história "definitiva" da Balaiada. A historiografia oficial e oficiosa ainda estrutura muitas das nossas percepções a respeito do significado deste movimento para os protagonistas. Ranajit Guha, estudando as revoltas camponesas da Índia, ressaltou mais especificamente a dificuldade da historiografia, mesmo a mais radical, em entender a mentalidade camponesa. Revoltas camponesas são descritas como catástrofes naturais, "eclodem como tempestades, sacodem a terra como terremotos, alastram-se como incêndios, infestam como epidemias" (Guha, 1988, p. 46). Na melhor das hipóteses enumera-se uma série de fatores de privação econômicos e políticos que provocam uma ação de rebeldia como um reflexo mecânico. Mas poucas vezes busca-se entender como estas causas externas são agenciadas na lógica da consciência camponesa (Idem, p. 47). Para Guha, uma das razões reside na maneira como se estrutura a historiografia. A um "discurso primário", imediato, oriundo dos agentes da repressão sucedem um discurso "secundário" e "terciário", cada vez mais afastados dos protagonistas e da versão oficial. No entanto, como eles derivam um do outro, nem sempre conseguem escapar das aporias do discurso primário, cujo objetivo era a repressão. Neste sentido, a historiografia acaba sendo uma "prosa de contra-insurreição".

Neste trabalho, quero confrontar as versões da historiografia com o discurso da memória oral e os resultados de uma pesquisa de arquivo. O enfoque principal será sobre a origem da Balaiada, e o papel de dois líderes proeminentes, Raimundo Gomes e o próprio Balaio, na deflagração do movimento. Pretendo questionar a versão até hoje aceita sobre a origem da revolta, o que permite tirar conclusões a respeito do significado dela para os balaaios. Terminarei com um comentário sobre os massacres, porque se trata de outro ponto onde o contraste entre a visão dominante da historiografia oficiosa e a memória oral é particularmente forte e significativo.

A memória oral aqui referida foi levantada em uma pesquisa de campo de nove meses no ano de 1982, cujos resultados foram publicados em 1988. A pesquisa concentrou-se sobre o Maranhão Oriental, ou seja, as então microregiões Baixada Oriental, Itapecuru, Baixo Parnaíba e Alto Munim. Recolheu-se elementos da memória oral em 20 dos 35 municípios desta área, entrevistando aproximadamente 600 pessoas idosas. Os depoimentos mais significativos de 91 deles constam do relatório final.⁴ Diferenciei então três tipos de memória:

No primeiro nível, uma memória individual, quando o informante fornece notícias biográficas de sua família. Esta memória permaneceu em virtude do interesse que as pessoas mostram pela vida e façanha dos seus antepassados.

No segundo nível, a memória oral de uma comunidade, que conta a história de sua origem e o seu envolvimento na Balaiada. Esta memória é uma propriedade coletiva (todos os membros da comunidade conhecem-na, mas os velhos sabem contá-la melhor). Ela é preservada em virtude de sua função dentro da comunidade, em geral a justificação e legitimação da posse antiga da terra, ou a mobilização da comunidade em volta de objetivos comuns lembrando a sua tradição de luta.

No terceiro nível uma memória oral ainda mais geral. É o que se poderia chamar de memória regional. São as histórias que sempre voltam à tona nos diversos municípios, usando as categorias próprias da memória oral da região, e das quais seguem alguns exemplos:

– Do “Tempo do Cativoiro”: é lembrado o trabalho diurno e noturno, as atrocidades nas punições dos escravos ou as malandragens destes para conseguir alguma vantagem.

– Do “Tempo do Pega” (o recrutamento forçado): é recordado o fato que os homens andavam escondidos nos matos e que havia caboclos com rezas fortes capazes de se transformar num capim ou num toco para escapar da tropa.

– Do “Tempo da Guerra”: contam-se as fugas generalizadas (inclusive de mulheres e crianças) para os matos e das crianças aparadas na ponta da espada

pela tropa. Esta memória permaneceu viva em virtude do trauma que representou a guerra para o campesinato maranhense.

Os depoimentos do primeiro tipo são evidentemente os mais subjetivos, e os menos suscetíveis de controle pelo pesquisador. Um episódio contado não pode ser verificado por outras fontes, mas somente por sua coerência interna e pela confrontação com episódios semelhantes. Os depoimentos de segundo e sobretudo do último tipo constituem porém documentos menos subjetivos. Se todos os anciões de uma região contam o mesmo episódio que não figura em nenhum manual escolar e não conheceu nenhum outro tipo de difusão, este precisa ter uma base objetiva na experiência dos antepassados que viveram a guerra. Neste sentido pode ser considerado um documento "autêntico", essencial na reconstrução da visão popular da guerra, a visão dos Bem-te-vis, como se autodenominavam os rebeldes.

A memória oral não pode fornecer dados quantitativos, nem pode-se exigir dela confiabilidade nos detalhes, quando se trata de histórias transmitidas através de várias gerações. Tampouco pode substituir a historiografia. No entanto, no caso do Maranhão, é importante considerá-la porque ela apresenta não somente uma ótica fundamentalmente diferente da história oficiosa, mas claramente discorda em muitos pontos desta última. Esta não-concordância chamou minha atenção na época e será discutida nos seus exemplos mais significativos a seguir. Mas vejamos antes as visões da historiografia.

1. LINHAS HISTORIOGRÁFICAS

Podemos distinguir os estudiosos da Balaiada em termos cronológicos, políticos e em função das fontes que usaram. Uma primeira geração de autores participaram diretamente dos eventos, como João Francisco Lisboa (Lisboa, 1969), um dos chefes do partido liberal em São Luís, e Domingos José Gonçalves de Magalhães, secretário de Luis Alves de Lima, o futuro Duque de Caxias, que coordenou a repressão do movimento a partir de fevereiro 1840. Nos escritos de ambos se refletem não somente informações oficiais, mas cartas particulares recebidas do interior, e entrevistas com outras figuras de destaque, inclusive alguns rebeldes. Lisboa recebeu uma carta do chefe rebelde Raimundo Gomes, pedindo-lhe apoio.⁵ Magalhães pode interrogar Raimundo Gomes depois que se apresentou. O suposto desentendimento entre Gomes e o chefe quilombola Cosme, este mantendo aquele preso, é baseado na *Memória histórica* de Magalhães, onde este autor afirma que foi o próprio Gomes que narrou-lhe este episódio (Magalhães, 1848, p. 333). Assim a memória oral está desde o início associada à escritura da história da

Balaiada. Depoimentos orais foram também usados por Alencastre (Alencastre, 1872, p. 423) e Carlota Carvalho (Carvalho, 1924). No caso de Rodrigo Otávio Menezes (Menezes, 1942), o relato do veterano militar Sabino é praticamente a única fonte usada. Não é de se admirar que Sabino tenha aparecido como o grande e solitário herói ao longo de toda a história. Este relato tão pouco fidedigno por seus exageros e claros intentos de sempre postular o narrador como herói foi entretanto a principal fonte para a conhecida versão romanceada de Viriato Corrêa (Corrêa, 1927), naquilo que pode ser considerado o retrato mais desfavorável dos rebeldes.

O uso da memória oral pela primeira e mesmo pela segunda geração de autores foi sempre seletiva. Eles usaram o depoimento de pessoas consideradas por eles fidedignas, ou seja, quase sempre agentes da repressão ou membros da elite. A exceção é o aludido depoimento de Raimundo Gomes a Magalhães. Mas neste caso tratou-se mais de um interrogatório. Além do mais, serviu sobretudo para reforçar o argumento de Magalhães de que a estratégia do Duque de Caxias de dividir rebeldes livres e escravos tinha dado certo.

As gerações subsequentes de estudiosos já não fizeram mais uso sistemático da memória oral. Os monumentais *Apontamentos* de Ribeiro do Amaral (Amaral, 1898-1906) fundamentaram-se sobretudo na correspondência oficial e em alguns arquivos particulares.⁶ Trabalhos subsequentes, como o de Serra (Serra, 1946), basearam-se exclusivamente sobre esta obra e a historiografia já existente então. Uma nova geração de estudiosos (p. ex. Odilon Nunes, 1975; Vilela Santos, 1983; Freitas de Oliveira, 1985) voltou aos arquivos, a partir da década de 1970, e conseguiu trazer a luz documentos novos, alguns muito importantes, como o processo do Cosme e alguns manifestos balaios encontrados por Santos. Mas a memória dos descendentes dos balaios não tem sido mais considerada, com a exceção de Nunes que a ela faz algumas breves referências.

As diferenças na interpretação da Balaiada surgem na época mesma do movimento, e se articulam à luta entre os dois partidos políticos do Império, o conservador e o liberal.

O partido conservador estava no poder, na época, tanto em nível nacional como em nível regional. O governo provincial e a sua política, como a famigerada lei dos prefeitos, foi o primeiro alvo dos revoltosos. Não é de estranhar-se então que a linha conservadora negue categoricamente o caráter político da revolta. Esta seria “sustentada pela ignorância das massas brutas postas em movimento; animado pelo espírito de rapina” (Magalhães, 1848, p. 352). Ou seja, a revolta expressa a eterna cobiça do pobre, incapaz por si de alcançar pelo trabalho os frutos da abundância de que gozavam os honestos e pacíficos escravistas. Meio século depois, a descrição ainda é a mesma. Os balaios seriam “vadios e perversos sertane-

jos", "agremiados em torno da bandeira revolucionária apenas por força do instinto desordeiro e sanguinário, sem nenhuma aspiração, sem nenhum ideal, esses homens, [que marchavam à conquista de Caxias], apenas unidos pela solidariedade do crime e da rapina..." (Menezes, 1942, p. 16-8). Esta visão negativa das classes populares foi, em geral, associada a julgamentos depreciativos sobre a origem étnica dos rebeldes, considerados de "raça inferior" ou do resultado "desastroso" da mistura delas. Assim Magalhães descreve os habitantes do interior do Maranhão como

"homens ociosos, sem domicílio certo, pela mór parte de uma raça crusada de Índios, brancos e negros, a que chamam *cafusos*, os quais são mui amantes desta vida meia errante, pouco dados a outros misteres e muito à rapina e à caça, distinguindo-se apenas dos selvagens pelo uso da nossa linguagem. São estes homens de cruel indole pelo habito de pastorar e matar o gado, consumindo o resta da vida em ocio ou em rixas. Desta gente bruta há grandes manadas nesta província, e assim nas do Piauí e Ceará, análogas a esta pelos usos e costumes. [...] Esta é a gente que incitada nos fez a guerra, é ela e que compos o exército da rebeldia." (Magalhães, 1948, p. 267).

O último, e mais obstinado expoente desta linha ultra-reacionária é Viriato Corrêa (Corrêa, 1996, p. 35), para quem "a Balaiada não teve nada, a não ser o banditismo infrene".

Apesar de ter compartilhado dessa visão elitista, Magalhães forneceu, no entanto, uma análise mais pormenorizada das razões da revolta. Esta inclui a inadequação das instituições à realidade brasileira, "as diferenças inconciliáveis de classes", uma crítica geral aos partidos do Império ("sistema do egoísmo santificado"), ao jornalismo ("punhal do assassinato moral") e uma censura à "imperícia e fraqueza" dos governos anteriores na província (Magalhães, 1848, p. 263-4 e 352). Estas peculiaridades do seu texto se devem, em grande parte, a necessidade de justificar a atuação supra-partidária do seu chefe Luis Alves de Lima. Este último, futuro Duque de Caxias, fez questão de "até ignorar os nomes dos partidos, que por desgraça entre vós existam" quando assumiu o supremo comando do exército na região e o governo da província do Maranhão, em fevereiro de 1840.

A segunda característica da visão conservadora é de atribuir aos chefes do partido liberal a responsabilidade pela revolta. Eles seriam a "mão oculta" que dirigia Raimundo Gomes, que teria sido apenas o "instrumento estúpido de um cego partido" (Magalhães, 1848, p. 271). A revolta do interior teria sido assim "insuflada pelos directores da capital" (Alencastre, 1872, p. 427). Os chefes liberais, a começar por Francisco Lisboa, têm sempre se defendido de tal acusação. Lisboa refutou meticulosamente, nos seus artigos na *Crônica Maranhense*, as "provas"

avançadas para tal pelos conservadores. Trabalho continuado por seu admirador Ribeiro do Amaral nos seus volumosos *Apontamentos*. A historiografia liberal atribui o levante à uma causa justa: o despotismo dos prefeitos, cargos criados pelos seus adversários conservadores pouco antes da revolta, e vista como expressão máxima da tirania deste partido na província. A visão liberal comunga, porém, com a conservadora no lamento das destruições, violências e saques dos rebeldes, atribuídos também às paixões desenfreadas das classes baixas. No entanto, alguns autores já formulam críticas às ações das tropas legalistas e à vingança dos cabanos, que também arrasaram vilas inteiras como a do Riachão (voltaremos a este assunto na terceira parte, quando tratarmos dos ‘massacres’). No entanto, tanto liberais quanto conservadores se recusam a considerar os rebeldes como dotados de uma visão política própria. A revolta é vista como um tipo de reação primária, onde a consciência dos rebeldes não merece análise. Quando muito, lamenta-se a “perversidade dos costumes” e a falta de religião [cristã] (Idem, p. 267).

Carlota Carvalho, a primeira autora a considerar os rebeldes com simpatia, foi também a primeira a vincular suas motivações às aspirações políticas da Independência, ao nativismo dos brasileiros contra a predominância dos portugueses. Ressaltou também o fato de que o Balaio teria participado da luta pela Independência do lado dos patriotas (Carvalho, 1924, p. 123). Contrariamente à historiografia anterior, atesta a moderação dos rebeldes, sobretudo na primeira fase da revolta. “Vagando em mar de utopias e errando no campo das realidades, os revoltosos conservaram o instinto do bem e repugnância do crime” (Idem, p. 115).

Mais recentemente, várias pesquisas acadêmicas têm-se dedicado à Balaiada, iluminando aspectos específicos do movimento. Em relação à ideologia dos rebeldes, o trabalho de Maria Januária Vilela Santos (Santos, 1983) é fundamental. Ela mostrou as possibilidades de aproximação entre rebeldes livres e escravos, mas também a omissão dos balaios quanto ao problema da escravidão (Idem, p. 76-98 e 105-6). Em trabalho concluído em 1990, tentei deduzir das fontes de arquivo outras razões que teriam contribuído para a eclosão da revolta. Apontei então uma série de conflitos pontuais que opunham os camponeses e vaqueiros aos grandes fazendeiros: a luta pela terra, conflitos pela apropriação da mão de obra e conflitos comerciais (como em torno ao monopólio das carnes verdes). Mas diria que, acima de tudo, a mobilização da população livre e pobre nas vésperas da Balaiada se deu por causa da exclusão da política, da discriminação das pessoas “de cor” pelas autoridades e do recrutamento para o exército ou a marinha nacional (Assunção, 1993, p. 371-2).

2. RAIMUNDO GOMES E O ASSALTO DA MANGA

Todas as linhas historiográficas concordam em atribuir o início da revolta à tomada da cadeia da vila da Manga, liderada por Raimundo Gomes, no dia 13 de dezembro de 1838. Elas se diferenciam enquanto descrição e interpretação deste evento, a opção partidária obviamente estruturando a narração dos "fatos". A linha conservadora faz de Gomes um "destemido facínora" (Menezes, 1942, p. 16) já antes da eclosão da revolta e do assalto à cadeia, onde teria soltado outros "presos criminosos" (Magalhães, 1848, p. 271) entre os quais seu irmão.⁷ O cúmulo do preconceito cabe outra vez a Viriato Corrêa (Corrêa, 1996, p. 36): "Era de uma fama horrenda esse Raimundo Gomes: analfabeto, covarde, voz tímida, olhar desconfiado, sempre pronto a fugir quando as coisas lhe ficavam pretas (sic)". Aqui não há mais preocupação com a documentação histórica, já que subsistem cartas escritas pelo próprio Gomes nos arquivos, algumas conhecidas desde a época da Balaiada. O intuito de desacreditar os rebeldes por todas as formas estrutura sua narrativa. A reivindicação do ideário liberal por Gomes não passaria de "uma inspiração infernal":

"Pode ser chefe, não de um bando, mas de um partido. [...] Porque não desfraldar a bandeira oposicionista?!

E empunhando o copo de aguardente, a beiçola do negro molhada de trinco, berra para os companheiros em derredor:

– Hurra! Hurra! Hurra! Viva o Partido Bem-te-vi!" (Idem, p. 38)

A linha liberal, pelo contrário, insiste no fato de que Gomes era um vaqueiro e não um criminoso. Carvalho (Carvalho, 1924, p. 105) insiste em que "era administrador de fazenda, homem de reconhecida probidade e merecedor de toda a confiança para depositar na mão dele o valor monetário das boiadas". Libertou seu irmão porque este foi recrutado à força quando estava levando uma boiada junto com ele. Narra Lisboa que Gomes encontrou seu irmão "a ferros no vira-mundo" – um castigo geralmente reservado a escravos. Sublinha que este estava portanto na cadeia sofrendo da arbitrariedade do sub-prefeito conservador:

"Semelhantes perseguições hão por força fazer descontentos, e o descontentamento nos homens grosseiros, [...] não pode deixar de produzir resultados iguais aos da Manga [...]" (Lisboa, 1969, p. 2-3).

Nota-se certo desconforto em torno do episódio da tomada da cadeia da vila da Manga na medida em que Gomes estava a serviço de um padre liberal, e que os conservadores na época acusaram um juiz de paz e os vereadores liberais

da vila de convivência com esta ação ilegal. A acusação baseou-se na denúncia do comandante local da Guarda Nacional, o coronel Henrique Pereira da Silva Coqueiro e do seu filho José Egito, o sub-prefeito. Coqueiro implicou mais especificamente João Juliano de Moraes Rego e

“um mulato por nome de Manoel Francisco que diz ser tenente dos pretos, e é este o que mais tem seduzido a gente de cor, porque esta gente muito acredita ao seu semelhante” (ofício de Coqueiro, citado em Amaral, 1900, II, p. 63).

Lisboa, sensível ao racismo da denúncia (“só por ele ser homem de cor”) explicou a revolta como o resultado das violências e ilegalidades dos prefeitos de um lado, e da miséria e ignorância que “embrutecem” as classes inferiores (Lisboa, 1969, II, p. 4-5). Ribeiro do Amaral tentou mostrar que na câmara da vila da Manga havia tanto vereadores liberais como conservadores, e atribuiu a maior responsabilidade pela eclosão da revolta à inércia e ineficiência do sub-prefeito José Egídio Pereira da Silva Coqueiro. Assinala que a revolta só encontrou adeptos nos municípios onde os conservadores estavam em maioria, e onde, portanto, os prefeitos podiam exercer livremente a suas arbitrariedades (Amaral, 1900, II, p. 57 e 81).

Nenhuma das duas linhas historiográficas atribui importância ao manifesto de Gomes, divulgado por ele logo após o assalto da Manga. Os autores interessados em ressaltar o banditismo dos rebeldes o mencionam *en passant*, sem discutir o conteúdo. Os interessados em denunciar a mão oculta do partido liberal, insistem na colaboração dos notáveis bem-te-vis locais e na manipulação de Gomes pelos chefes liberais — “incapaz de tomar por si uma tal resolução” (Magalhães, 1848, p. 271). Nos dois casos, portanto, não se reconhece a capacidade de ele articular idéias próprias. Conservadores e liberais como Amaral (Amaral, 1898, I, p. 54) ressaltam a sua ignorância. Magalhães (Magalhães, 1848, p. 344) ridiculariza a sua “mente de abegão”.

A análise dos manifestos e cartas escritas por Raimundo Gomes, já iniciada por Maria Januária Santos (Santos, 1983, p. 77-9), revela no entanto que este tinha uma visão política própria. Certamente foi influenciado pelo discurso liberal da época, dos qual emprestou categorias (Constituição, cidadania, liberdade, luta contra o absolutismo, pátria, etc.). Mas Gomes integrou estes elementos numa visão mais “cabocla” e radical do liberalismo, que poderíamos chamar, em analogia com processos similares nas Américas, de liberalismo popular.⁸ Condenava a discriminação a que estavam sujeitos os “caboclos” e “cabras”, defendia com veemência a igualdade de todos os “filhos de Deus” e afirmava com ênfase que “esse mesmo Povo de Cor é que é as Forças do Brasil”.⁹

O que dá sentido a este evento como "origem da Balaiada" não é tanto o fato de Gomes ter liberado recrutas presos na cadeia, mas sim o fato de ele ter justificado esta ação com um manifesto, que não somente legitimava a sua ação, mas situava-a numa tradição liberal revolucionária que vinha desde as lutas pela Independência no Maranhão, e que apelava para a mobilização geral contra o poder conservador, identificado com "os portugueses" e os seus representantes mais odiados, os prefeitos. De fato, ele apenas deu um sentido político a uma revolta que já tinha começado antes, como pretendo mostrar a seguir.

Antes de tudo, é preciso assinalar que a presença de numerosa tropa na área naquele momento era devida à resistência escrava. Desde novembro de 1838, os lavradores da comarca do Itapecuru reclamavam que escravos fugidos "unidos aos criminosos" "cometem mil desordens, roubos e assassinatos". A tal ponto chegaram as ações dos quilombolas, que as autoridades da área temiam, em última instância, uma "insurreição geral".¹⁰ A guerra entre os quilombolas e a sociedade escravista já estava em pleno andamento quando eclodiu a Balaiada. Não temos indicações precisas nas fontes sobre os nomes dos mocambeiros, mas é provável que muitos deles iriam integrar posteriormente o exército negro de Cosme. Líder dotado de grande visão política, Cosme Bento das Chagas foi o primeiro a conceber a aliança entre rebeldes livres e escravos como única maneira de fazer triunfar a revolta. Mas segundo indicam as fontes de arquivo, ele iniciou a grande insurreição escrava em várias fazendas da área apenas um ano depois, em novembro de 1839.

Voltando ao começo da Balaiada, em dezembro de 1838, a preocupação dos homens "de cor" livres não era a luta contra a escravidão, mas a resistência contra o recrutamento forçado. E este não começou com Raimundo Gomes, como é afirmado por toda a historiografia até hoje, mas com o Balaio.

3. O BALAIO:

VINGADOR DAS FILHAS ESTUPRADAS OU LIBERTADOR DO FILHOS RECRUTADOS?

Em todos os estudos dedicados ao tema, o Balaio aparece "depois" do início da revolta, engrossando as fileiras de Gomes. Segundo Magalhães, o primeiro a mencioná-lo,

"Motivos de vingança o arrastaram às fileiras da rebelião. *Contam* (sic) que duas filhas suas tinham sido defloradas por um certo Guimarães, oficial de comissão que da vila do Itapecuru-Mirim marchara com um golpe de gente para atacar Raimundo Gomes na Chapadinha logo em princípios da revolta. Balaio, posto que de baixa esfera e pobre, assim ferido na sua honra, jurou lavar com sangue a nódoa de suas filhas; cheio de indignação publicou a sua deshonra, excitou os ânimos de amigos e conhecidos, atraiu gente, e repetia a

linguagem dos facciosos, que aqueles homens da legalidade, vendidos aos Portugueses, queriam exterminar os de sua cor; que suas vidas, honra e bens, pátria e liberdade, não tinham recursos senão o das armas [...]” (Magalhães, 1848, p. 275).

Não consegui encontrar, até hoje, nenhuma outra evidência nas fontes de arquivo, a não ser este “contam” de Magalhães, repetido por toda historiografia subsequente até hoje.¹¹ Não é preciso duvidar por completo desta história do Balaio, porque ela é plausível. Afinal, o estupro de mulheres escravas fazia parte do cotidiano das fazendas do interior, assim como a humilhação da população “de cor” livre por brancos ou portugueses como Guimarães.¹² O problema reside no fato de que a história do estupro pode explicar a sede de vingança de um indivíduo, mas não necessariamente a mobilização de uma multidão seguindo o Balaio.¹³

A memória oral a respeito do Balaio é bem diferente. Segundo a versão mais difundida, tudo começou quando um lavrador da comarca do Brejo, o Balaio, libertou seus filhos recrutados à força, ou “pegados”, na expressão cabocla. Como contou o Sr. Boaventura Vieira de Anapurus:

“O José Balaio, ele morava na Panela, perto do Veado Branco [hoje município de Sta. Quitéria]. Ele tinha uns filhos homens. Naquele tempo antigo quando se ouvia falar em sortear, o pessoal ia pro mato [...] Ele tinha recurso e mandou dois filhos pro Brejo fazer uma compra. Lá tava os soldado e prenderam e algemaram os dois. O velho tinha outros filhos e amas, bacamarte e granadeira de chumbo. Ai esperaram no caminho. Naquele tempo a estrada do Maranhão passava no rumo de Urbano Santos [chamado então de Ponte Nova]. Quando veio a tropa aí eles saltaram de dentro da mata e toraram as algema. Morreu mais soldado que eles. E todo soldado que morria eles apanhavam e entregavam pros outros.”¹⁴

O senhor Antônio Pinto da Rampa (município de Humberto de Campos), ouviu a seguinte história da sua mãe, que era mocinha quando houve a guerra:

“Teve um tal de Balaio. Era uma caboco velho no tempo do Pega. Ela tava pra roça quando voltou tinham levado os filhos. Aí ele levou a força dele para cidade, quem tem machado levava, levava foice, facão, espingarda. Ele venceu, foi uma luta braba, muita gente andava mais ele. O Balaio trouxe os filhos de volta. Diz que era um caboquinho de nada [gesto mostrando mais ou menos 1,50 m] sustentava o município de farinha e tudo, muito trabalhador. Os filhos dele dava força pro lugar. O chefe da força disse para não bulir com o velho, mas os soldado desobedeceram e pegaram os filhos. O começo da guerra foi esse. A guerra do Balaio, assim que chamava.”

Pesquisando no Arquivo Público do Estado em São Luís consegui encontrar vários documentos que confirmam a veracidade desta versão da memória oral. No dia 30 de outubro de 1838 prestaram juramento dez novos recrutas no Brejo. Entre os recrutados a força constava um Francisco Ferreira, 18 anos, filho de Francisco Ferreira, o Balaio. Poucos dias depois saíram os recrutas e quatro desertores do Brejo para a capital, acompanhados por 4 soldados, dos quais um desertou em seguida. No dia 22 de novembro,

“Ihe saiu Francisco Ferreira, armado de bacamarte, e dois terçados, a tomar da diligência o recruta seu filho Francisco Ferreira, que ia algemado com o recruta Sebastião Dias Silva Franco, tomou a ambos sem nenhum dos Soldados que conduziam a diligência fazer a mais pequena oposição, disse eles por falta de munição [...]”¹⁵

O prefeito de Brejo escreveu:

“Agora mesmo me consta que Francisco Ferreira, por antonomásia o Balaio, que tomou o filho recrutado, e que deu lugar a fuga dos outros recrutas, anda com outros mais, armados, saindo em diferentes partes, gabando-se que hão de fazer soltar a quantos recrutas passarem, e que finalmente há de assassinar ao que recrutou o filho [...]”¹⁶

Não deixa de surpreender o quanto os documentos de arquivo confirmam as histórias contados pelos descendentes dos balaios. Levam a questionar-nos sobre o sentido e a veracidade do outro episódio, o das filha estupradas. Um indício para a solução do problema é o fato de que as descrições do Balaio divergem muito, tanto que é possível duvidar que se trate da mesma pessoa nos dois episódios. Segundo Magalhães, o Balaio era pessoa “de cor”, o que é confirmado por ofícios do presidente da província Camargo.¹⁷ Abranches (1992, p. 66) também o descreve como “pardo”. A memória oral, pelo contrário, sempre se refere ao Balaio como “caboclo”, e Carlota Carvalho (Carvalho, 1924, p. 123) o descreve como “Branco, alto, esbelto, bem apessoado...” Certamente a adscrição de uma cor à uma pessoa podia variar consideravelmente segundo o contexto e o interesse do autor. Não é surpreendente que alguém tão pouco simpático aos rebeldes como Menezes (Menezes, 1942, p. 17) descreva o Balaio como “desabusado crioulo”. Mesmo levando isto em consideração, é pouco provável que a percepção de cor para uma só pessoa tenha variado tanto, ao ponto de integrar toda a gama possível de cores, ou seja, branco, caboclo e “crioulo”. Da mesma maneira variam a profissão e o lugar de origem do Balaio, ora ele é descrito como camponês (“roceiro”) ora como fabricante de cestos (“balaios”). Para alguns, vivia à beira do rio

Itapecuru (Serra, 1946, p. 139), para outros na beira do rio Munim (Carvalho, 1924). Há variações também no nome. Em geral, o Balaio associado com o episódio das filhas estupradas se chama Manoel Francisco dos Anjos Ferreira (Magalhães, 1848) ou Manoel dos Anjos (Abranches, 1996). Alencastre dá como nome do Balaio Manoel Francisco Ferreira (Alencastre, 1872, p. 424). Um Francisco Ferreira de Souza Balaio, que lembra mais o nome do libertador do filho recrutado mencionado na correspondência do prefeito do Brejo, reaparece com o título de “tenente-general e governador das armas do Maranhão” em uma proclamação reproduzida por Serra (Serra, 1946, p. 233). Os artigos de João Francisco Lisboa refletem a incerteza e as confusões entre nomes que ocorriam quando as notícias do interior eram imprecisas, muitas vezes usando apenas o apelido ou o nome incompleto de pessoas anteriormente desconhecidas: “Outros dois sequazes de Raimundo Gomes (Francisco Ferreira e um tal Balaio)...” e “[...] as guerrilhas são comandadas por uns tais Ferreira e Balaio” (Lisboa, 1969, II, p. 45 e 53).

Todo o exposto acima me leva a conclusão de que havia dois Balaio na Balaiada, ou seja, duas pessoas com este apelido. Isto em si não é particularmente relevante, mas o que é significativo, é o fato de que uma versão predominou na historiografia oficial e oficiosa, enquanto a outra predominou na memória oral. Por que? Me parece que cada versão cumpre uma função específica em narrativas com finalidades distintas. No discurso oficial, a história do vingador das filhas estupradas mostra como o erro individual de um soldado contribuiu para a eclosão da revolta. Mas não toma em consideração os conflitos mais abrangentes que dividiam a sociedade maranhense neste momento. Destarte, a elite podia explicar a revolta sem contudo admitir as razões estruturais que levaram a ela. Na versão da memória oral, pelo contrário, a história do Balaio libertador do ou dos filhos “pegados” põe em relevo o que é visto pelos rebeldes e seus descendentes camponeses como a principal razão da revolta, o “Pega”. O Balaio, liberando não somente o seu filho recrutado, mas propagando que ia soltar “a quantos recrutas passarem” elevava a sua resistência individual a um nível mais alto, coletivo. A partir deste momento a resistência passiva ao “Pega” transformou-se em resistência ativa, em revolta aberta. Todas as famílias camponesas viviam sob a mesma ameaça do recrutamento, por isto as ações do Balaio, e subsequente a de Raimundo Gomes tiveram grande ressonância, mobilizando milhares de homens contra o governo provincial e os prefeitos recrutadores.

Admitir isto já era quase reconhecer uma causa legítima aos rebeldes. Por esta razão o governo e a historiografia oficial insistiram em desconsiderar a liderança popular do movimento, infamando-a como criminal antes da eclosão do movimento, e como facínoras ávidos de sangue durante a luta.

4. MASSACRES BALAIOS E MASSACRES LEGALISTAS

A insistência sobre a crueldade dos rebeldes tem de novo no Balaio o seu alvo predileto. Magalhães já ressaltou que “nenhum outro o avantajou nas crueldades, que muito o enfurecia a sêde implacável da vingança” (Magalhães, 1848, p. 275). A presumida crueldade do Balaio contribuiu para que os conservadores batizassem a rebeldia com o seu apelido, identificando-a assim com o que representava, para eles, o símbolo mais perverso do movimento. A memória oral em geral preferiu a denominação Guerra dos Bem-te-vis, porque os rebeldes se autodenominavam Bem-te-vis, como os adeptos do partido liberal maranhense e um conhecido jornal da época. A crueldade do Balaio é sempre exemplificada na literatura com o episódio do leitão vivo costurado no ventre de um cidadão em Caxias, relatada já por Magalhães (Idem, p. 286). É interessante notar que esta história só foi contada por informantes alfabetizados que reproduziam a versão dos livros, mas não sobreviveu na memória oral. A historiografia conservadora é a que mais insiste na caracterização dos rebeldes como cruéis “facínoras” ávidos de sangue. Magalhães comparou as ações destas “hordas devastadoras” a um “flagelo”, ou seja a uma catástrofe natural, no que constitui um belo exemplo literário da “prosa da contra-insurreição” (Idem, p. 286 e 279). Chega a ventilar a intervenção divina para a ocupação da cidade de Caxias pelos rebeldes:

“[...] quis Deus que ela fosse o teatro sanguinolento de todos os horrores da rebelião, talvez para correção de seus costumes depravados e seus futuros melhoramentos” (Idem, p. 278).

Enquanto a historiografia conservadora lamenta as atrocidades dos rebeldes como calamidades naturais, flagelos divinos ou simplesmente o resultado da barbaridade da ralé, a liberal insiste mais sobre as causas concretas que provocaram as atrocidades dos rebeldes. Entretanto, os dois comungam na visão elitista das classes populares vítima de seus baixos instintos. Não quero negar aqui que os rebeldes tenham matado e saqueado. Mas é preciso colocar estas ações no seu contexto, para ultrapassar o lamento sobre os “costumes bárbaros” ou os “instintos grosseiros” tão comum na historiografia clássica sobre a Balaiada.

Primeiro, é preciso constatar que as ações violentas dos rebeldes não são indiferenciadas. A memória oral é muito elucidativa a este respeito, como o mostra o caso do fazendeiro Antônio Rulindo Garreto, sangrado pelos Bem-te-vis:

“[Antônio Rulindo Garreto] tinha serraria, quartos cheios de algodão. Nessa mesma guerra tinha os pretos revoltosos. Aí sangraram ele em 1838 (o irmão do meu sogro lembrava). Diz que tinha um quarto cheio de pluma de algo-

dão. Uma moça de família se escondeu lá, e quando aliviou o movimento ela estava quase morta” (Maria Garreto de Souza, município de Mata Roma).

Mas quem era esse Rulindo? Um senhor reputado por “judiar” com os seus escravos, na expressão usada pelos habitantes do interior do Maranhão. A seu respeito contou Raimundo Passos Montelles (Anapurus):

“Antonio Rulindo Garreto pegava os preto, amarrava eles e botava em cima de um pau que pisava arroz. Aí mandava gritar que nem porco e sangrava eles. E ainda pegava mais as preta e preto, retalhava as nádegas, botava sal. Amarrava os pés e mãos e atravessava num pau e dependurava na chapada e ia de vez em quando olhar para ver se estavam vivos.”

Outro caso famoso é o da portuguesa Eusébia Maria da Conceição. Esta senhora, que a Enciclopédia do Municípios Brasileiros chama a “principal povoadora do Brejo” foi, segundo a mesma Enciclopédia (verbete Brejo)

“barbaramente morta, com 21 facadas, [...] pelo balaio Antonio Bem-te-vi, que com mais de nove companheiros, depois de deceparem-lhe a mão direita, trouxeram-na em troféu pelas ruas da vila além de roubarem suas jóias e Rs 1.200\$000 em moedas de ouro”.¹⁸

Segundo a memória oral, menos puritana que as enciclopédias, não foi bem a mão que levaram em troféu para o Brejo, mas as partes genitais:

“A Euzeba Maria: Era chamada de Dona Cabana. Esticaram a coisa dela pro Severino olhar” (Januária, Almas, município do Brejo).

Eusébia Maria era a sogra do prefeito da comarca do Brejo, Severino Alves de Carvalho, uma figura chave nesta região do Baixo-Parnaíba. Alves de Carvalho foi o último comandante geral antes da Independência. Apoiou o partido português até a capitulação, em julho de 1823. Por esta razão foi deposto em seguida e substituído pelo patriota Caldas Ferreira. Em 1826 porém, Alves de Carvalho conseguiu eliminar o seu rival, acusando-o de conivente com os movimentos sediciosos da pós-Independência, mais especificamente a Confederação do Equador, cujos emissários em busca de apoio chegaram até o Maranhão. Neste ano, Alves de Carvalho voltou a ser comandante geral do Brejo, e ocupou até os anos 1840 diferentes cargos administrativos (vereador, comandante e logo coronel da Guarda Nacional, prefeito).¹⁹ Como prefeito, continuou sua perseguição da população pobre livre, que considerava vadios e inúteis. Ele foi o representante típico de tudo aquilo que os Balaios combatiam: o “português” que conseguiu restabelecer o seu

poder apesar da Independência, a arbitrariedade dos prefeitos, a onipotência dos ricos fazendeiros. Alves de Carvalho, sabendo do sentimento popular, prudentemente refugiou-se na Parnaíba logo no início da Balaiada. A sua sogra foi menos cautelosa e teve até um papel de destaque durante o conflito. Segundo a memória oral, Euzébia Maria pisou na cabeça de um rebelde que tentou, com vários outros, apoderar-se do Brejo.

O fim dado a Euzébia Maria adquire significado neste contexto. A violência rebelde se dirige antes de tudo contra aqueles escravocratas ou autoridades que tinham se destacado por suas crueldades e mal-tratos, seja contra seus escravos, ou seja contra seus subordinados. Nesse sentido não é uma violência primeira, mas a reação contra outras violências anteriores. A Balaiada foi um autêntico momento de inversão onde o perseguido de ontem virou perseguidor, e vice-versa. Quem sangrava seus escravos foi sangrado, quem "espichava o couro" - punição comum para negro quilombola - era espichado também. Os Bem-te-vis não fizeram nada mais do que satisfazer as aspirações de justiça das classes mais oprimidas da sociedade. Pena de talião, sem dúvida, mas haveria outra opção numa sociedade onde a justiça era subjugada aos interesses dos senhores de escravos e potentados locais?

O segundo aspecto a considerar aqui é esta visão muito unilateral de famílias inteiras fugindo dos rebeldes, freqüentemente aludida na historiografia, e até nos manuais escolares (veja como ilustração o desenho em quadrinhos de uma história "popular"). Tanto a memória oral quanto as fontes dos arquivos nos permitem relativizá-la. A memória oral relata duas fases distintas. A primeira é quando apenas os homens suscetíveis de serem recrutados se esconderam na mata. A segunda é quando toda a população pobre buscava refúgio na mata para escapar da "tropa". Esta fase corresponde à fase descendente do movimento, quando os balaios foram acossados por todos os lados pelas tropas legais, durante o ano de 1840. Nos arquivos se encontram muitas listas de rebeldes aprisionados.²⁰ Na fase final da guerra, constam mais mulheres do que homens em várias relações de presos, o que confirma, mais uma vez, a acurácia da memória oral. Mas estas listas não explicam porque mulheres e crianças buscavam refúgio nas matas. Um dos episódios mais freqüentemente ouvidos nos depoimentos dos anciões foi o do assassinato das crianças pela tropa legal:

"Mamãe contava que os soldados vinha e apanhava as crianças, jogava para cima e aparava na ponta do ferro" (Antonio Pinto, Rampa, município Humberto de Campos).

Qual foi o sentido do massacre sistemático de crianças pelas forças legais? Não sabemos de que degrau na hierarquia militar partia a ordem ou pelo menos

a tolerância de tais fatos. Como já escrevi antes, não se pode excluir a hipótese de genocídio planejado para acabar uma vez por todas com as raízes da revolta: a população livre pobre, os camponeses e vaqueiros, percebidos pela elite como vagabundos, indolentes e bárbaros. Não pagavam impostos, não sustentavam a economia de exportação. Além do mais, sendo “de cor”, eram sempre suspeitos de aliança perigosa com a escravatura.

CONCLUSÃO

Os rebeldes bem-te-vis tal como aparecem nas narrativas da memória oral têm muito pouco dos bandidos ou “cangaceiros” ávidos de rapina da historiografia conservadora. Tampouco se parecem com os “homens grosseiros”, vítimas dos desacertos do governo provincial, iludidos por criminosos e liderados por ignorantes, da interpretação liberal. Aparecem antes de tudo como os antepassados de muitos entrevistados, camponeses como eles. Não tiveram educação formal e viviam nas condições muitas vezes precárias do interior. Mas viviam imergidos em uma cultura cabocla que lhe assegurava meios de sobrevivência nas matas muito mais abundantes de então. De fato, a memória oral vê aqueles tempos com ambivalência crítica. A falta de educação, meios de comunicação e infra-estrutura eram compensados em parte pela abundância da pesca, da caça e da maior produtividade de terras não cansadas. Para o “caboclo” daquela época era mais fácil ser “liberto” do jugo de um senhor, na medida em que havia ainda muitas matas sem dono. Para elas se dirigiam os migrantes nordestinos, os escravos libertos, os quilombolas e os índios aculturados, que constituíam os diferentes segmentos do campesinato em formação. Eram ávidos não de rapina, mas de terra para cultivar. Esta é a visão da memória oral, que contrasta singularmente com a historiografia. Mesmo a de Astolfo Serra, que foi o primeiro a ressaltar o caráter camponês da revolta (Serra, 1946, p. 133). Mas a sua obra, de inspiração euclidiana, analisou o movimento com os critérios duvidosos da psicologia de massa, baseados em autores como Le Bon. Mais recentemente, Santos (Santos, 1983, p. 87) tentou encontrar na “pobreza” o denominador comum da revolta. A memória oral, pelo contrário, com a sua ênfase sobre o “Tempo do Pega”, resalta que o recrutamento forçado foi o fator capaz de aglutinar as pessoas em torno de uma reivindicação. O recrutamento subtraía força de trabalho a todas as famílias livres e pobres, indiferentemente de sua condição específica de camponeses com ou sem terra, de vaqueiros ou pescadores.

As categorias da memória oral podem revelar-se desta maneira como fundamentais para elucidar os motivos da revolta. Causas objetivas, como a fome, a re-

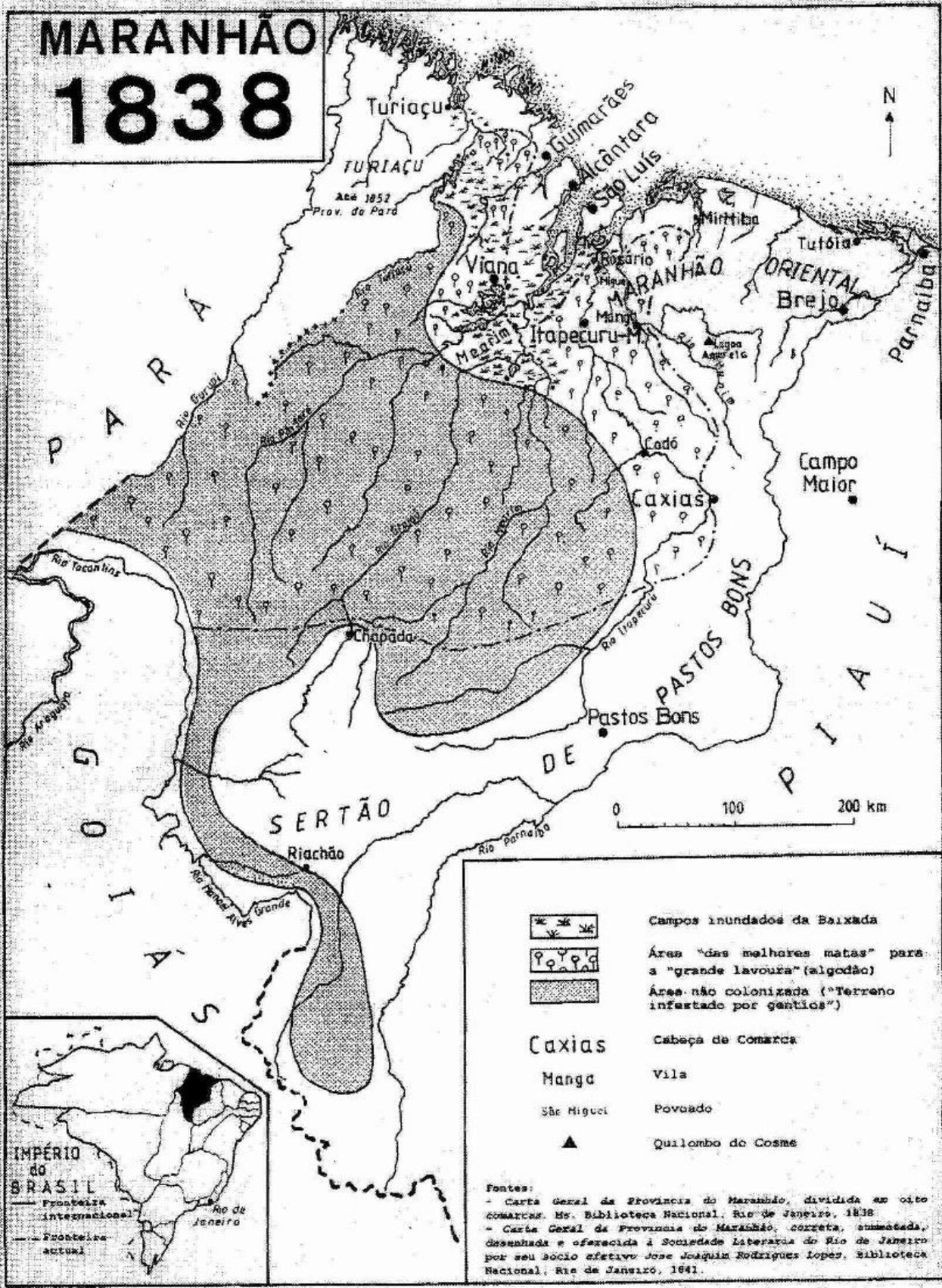
pressão, a arbitrariedade não são suficientes para explicar um movimento social, porque estas causas não produzem mecanicamente revoltas em qualquer contexto. Para entender como estas "causas" se agenciam em uma cadeia de raciocínio que leva atores sociais a sair do cotidiano, a apoiar um movimento, precisamos entender a mentalidade dos "caboclos" da época. A memória oral pode tornar-se imprescindível para isto, já que a maioria dos manifestos e das cartas rebeldes foram escritos pela elite letrada do movimento, ou seja os notáveis liberais do sertão - as grandes exceções sendo Raimundo Gomes e Cosme.²¹ Não significa que o historiador tenha que adotar estas categorias e esta visão da memória oral como "verdadeira". Apenas quero sugerir que deve-se levá-la em consideração, e apreciá-la criticamente, tal como os documentos oficiais dos agentes da repressão, como os periódicos e toda a "prosa da contra-insurreição", para uma apreciação de conjunto.

Estas considerações podem parecer óbvias. No entanto, a Balaiada ainda não foi realmente reabilitada no Maranhão. As revoltas regionais em outros estados, como a Cabanagem no Pará ou a Praieira em Pernambuco, conseguiram uma reavaliação oficial. Os seus mártires são honrados nas comemorações oficiais. No Maranhão, pelo contrário, ainda domina a visão conservadora. No vestibular de 1996, a recomendação oficial da UFMA para o estudo da Balaiada foi o livro imbuído de preconceitos raciais e sociais de Viriato Corrêa (Corrêa, 1996). O Movimento Negro do Maranhão conseguiu, a duras penas, que a prefeitura de São Luís consagrasse - numa pracinha fora de mão, onde não passa ninguém, no começo da Avenida dos Africanos - um monumento ao Negro, onde também figura o Cosme. Mas a estátua imensa do Duque de Caxias ainda domina o bairro de João Paulo. É a prova que a memória oral dos Bem-te-vis ainda tem um longo caminho a percorrer até ser ouvida.

ABSTRACT: The *Balaidada* was one of the first peasant uprisings in Brazil, and an important factor in the formation of the peasantry of the State of Maranhão. Despite many studies published on the last decades, official history still structure our perceptions on the meaning of this movement for its protagonists. In this work, historiographic version is faced to oral memory and to archival sources. The main focus is on the role played by two eminent leaders in the origins of the revolt. The version commonly accepted about the origins of the revolt is questioned and new conclusions on its meaning to the *balaios* arise.

KEY-WORDS: *Balaidada* - peasants - slaves - historiography - oral memory

MARANHÃO 1838



NOTAS

1. Ver, por exemplo, Mendes Jr. et al., 1982, II, p. 235), Wernet, 1982, p. 73 ou a Cambridge History of Latin America (Bethell e Carvalho, 1985, p. 708). O primeiro a ressaltar a especificidade do Piauí na Balaiada foi Serra (Serra, 1946, p. 283-7). Para a Balaiada nesta província, veja-se Nunes, 1975 e Oliveira, 1985.
2. Para uma definição das sub-áreas do Maranhão ("zonas") e uma descrição pormenorizada do Maranhão Oriental, ver Lopes, 1970, p. 115-80).
3. Para uma boa apreciação da "rachadura na geografia econômica maranhense", ou seja, da oposição entre a área agro-exportadora do norte e o economia de gado do sul do Maranhão, ver Alencastre, 1989, p. 9-10.
4. Para mais detalhes sobre o levantamento, o método usado, a lista dos entrevistados e os resultados, veja Assunção, 1988. Todos os depoimentos orais citados no presente artigo são extraídos deste trabalho.
5. Lisboa recusou qualquer forma de colaboração e consultou o presidente da província sobre a melhor maneira de responder à carta. Mesmo assim, foi acusado de conivência com o movimento pelos conservadores. Para mais detalhes e uma apreciação crítica da obra de Lisboa, veja o trabalho de Janotti, 1977. O episódio da correspondência com Gomes é discutida nas páginas 89-92.
6. Como o do Coronel Augusto César da Rocha. Ver Amaral, 1900, II, p. ii.
7. "Vaqueiro assassino", "apenas conhecido por alguns assassinatos de que impunemente vivia" (Magalhães, 1848, p. 271). Alencastre, 1872, p. 423, é mais objetivo neste ponto.
8. Para uma discussão sobre o liberalismo popular em outros países latino-americanos, ver Thompson, 1991 e Mallon, 1995.
9. Ver Ofício de Raimundo Gomes ao Major Falcão, do 10.7.1840. Coleção Caxias, Pacote 1, Documento 45, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (em seguida se usará a sigla AN). Para uma discussão a respeito deste documento, ver também Assunção, 1995, p. 281-3.
10. Sobre os quilombolas do Itapecurú, veja-se as cartas do prefeito da comarca do Itapecurú, em "Ofícios de diferentes comarcas ao Presidente da Província", do ano 1838. Arquivo Público do Estado do Maranhão, São Luís (em seguida se usará a sigla APEM). Para mais detalhes, veja-se também Assunção, 1996, p. 442-3.
11. Dunshee de Abranches, 1992, p. 66, repete o episódio, mas baseia-se em cartas de D. Martinha, membro de sua família, que vivia em São Luís na época da Balaiada. Carvalho, 1924, p. 123-4, conta episódio similar, mas sem indicar a sua fonte.
12. A informação que Guimaraes era "português de origem", ou seja "brasileiro adotivo" é dada por Abranches, 1992, p. 66.
13. Viriato Corrêa, no seu intuito de pintar o Balaio como fera desumana, chega a duvidar do episódio consagrado das filhas estupradas: "É a versão popular (sic). Não deve ser a

- verdadeira. A ação do Balaio, na guerra, desmente todo esse esplendor de legenda heróica” (Corrêa, 1996, p. 40).
14. Para mais detalhes, veja-se os depoimentos em Assunção, 1988, p. 182-3.
 15. Carta do alferes Angelo Batista Mendes do 29.11.1838. Ofícios de diversas comarcas ao Presidente da Província, 1838, APEM.
 16. Carta do prefeito do Brejo do 12.12.1838, Ofícios de diversas comarcas..., 1838, APEM.
 17. Ofício do 15.3.1839, Doc. no. 1, Pasta 1, Coleção Caxias, Caixa 808, AN.
 18. Amaral, 1900, II, p. 26, relata Euzébia Maria teria já mais de 80 anos na ocasião, e que lhe cortaram uma orelha e uma das mãos para levá-los a seu filho, o capitão-mor Valério Alves de Souza.
 19. Para mais detalhes e referências, veja Assunção, 1993, p. 318-9 e 356-9.
 20. Veja-se os mapas que constam na Coleção Caxias (AN) e na correspondência oficial no APEM. Ver também Nunes, 1975, p. 164 e Santos, 1983, p. 61.
 21. Janotti, 1975, p. 352, estabeleceu uma distinção pertinente entre estes dois grupos, chamando os políticos liberais das vilas do interior *bem-te-vis* e os pobres marginalizados *balaios*. Não adotei contudo a sua terminologia, porque os rebeldes chamados balaios pela historiografia se autodenominavam *bem-te-vis* e não vejo porque negar-lhes esta apelação que expressa não somente o seu orgulho mas o caráter político da revolta, enquanto o termo *balaios* sugere apenas um bando seguindo um “caudilho”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRE, José Martins Pereira. “Notícias Diárias sobre a revolta civil que teve lugar nas províncias do Maranhão, Piauí, e Ceará, pelos anos de 1838, 1839, 1840, 1841 escritas em 1854 a vista de documentos oficiais”. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, 35 (45), p. 421-84. Rio de Janeiro, 1872.
- ALENCASTRE, Luis Felipe. “Memórias da Balaiada. Introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães”. *Novos Estudos CEBRAP*, 23, p. 7-13, 1989.
- AMARAL, José Ribeiro do. *Apontamentos para a história da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão*. 3 vols., [São Luís] do Maranhão, Tipografia Alfaiatari Teixeira, 1898-1906.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *A Guerra dos Bem-te-vis. A Balaiada na memória oral*. São Luís, SIOGE, 1988.
- BETHELL, Leslie e CARVALHO, José Murilo de. “Brazil from Independence to the Middle of the Nineteenth Century”. Leslie Bethell (org.). *The Cambridge History of Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press, III, p. 679-746, 1985.

- CARVALHO, Carlota. *O sertão*. Rio de Janeiro, Empresa Editores de Obras Científicas e Literárias, 1924.
- CORRÊA, Viriato: *A Balaiada. Romance histórico do Tempo da Regência*. Introdução, notas e fixação textual de Jomar Moraes. 2ª ed., São Luís, EDUFMA (1ª ed. 1927).
- DUNSHEE DE ABRANCHES, Clóvis. *O Cativoiro (Memórias)*. Introdução de Jomar Moraes. 2ª ed., São Luís, ALUMAR, 1992, (1ª ed. 1941).
- GUHA, Ranajit. "The Prose of Counter-Insurgency". In: Ranajit Guha e Gayatri Chakravorti Spivak. *Selected Subaltern Studies*. New York, 1988.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. "Balaiada: Ação e exploração." In: *Revista de História*, 103, p. 345-65, 1975.
- _____. *João Francisco Lisboa: Jornalista e Historiador*. São Paulo, Ática, 1975.
- LISBOA, João Francisco. *Crônica Maranhense*. Estudos e Documentos, III, 1 e 2 parte. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, Departamento de Imprensa Nacional (artigos originalmente publicadas na *Crônica Maranhense*), 1838-39, São Luís, 1969.
- LOPES, Raimundo. *Uma região tropical*. Rio de Janeiro, Cia. Editôra Fon-Fon e Seleta, 1970.
- MENDES JR, Antonio; Roncari, Luiz e MARANHÃO, Ricardo. *Brasil História. Texto e consulta*. Vol. 2: Império. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MENEZES, Rodrigo Otávio de Langaard. *A Balaiada, 1839. Depoimento de um dos heróis do cerco de Caxias sobre a Revolução dos Balaios*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942 (1ª ed. 1901).
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de (Visconde de Araguaya). "A revolução da província do Maranhão, desde 1839 até 1840, memória histórica e documentada". *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, 11, p. 334-62. Rio de Janeiro, 1848.
- MALLON, Florencia E.. *Peasant and Nation. The Making of Postcolonial Mexico and Peru*. Berkeley & Los Angeles, 1995
- MEIRELES, Mário M.. *História do Maranhão*. São Luís, Fundação Cultural do Maranhão, 1980.
- NUNES, Odilon. *A Balaiada. Pesquisas para a história do Piauí*, vol. 3, 2ª ed. Rio de Janeiro, Artenova, 1975.
- OLIVEIRA, Maria Amélia Freitas. *A Balaiada no Piauí*. Teresina, 1985.
- THOMPSON, Guy. "Popular Apects of Liberalism in Mexico, 1848-1888". *Bulletin of Latin American Research*, 10 (3): p. 265-92, 1991.
- _____. *Pflanzer, Sklaven und Kleinbauern in der brasilianischen Provinz Maranhão*. Frankfurt am Main, Vervuert, 1993.
- _____. "Popular Culture and Regional Society in Nineteenth-century Maranhão, Brazil". *Bulletin of Latin American Research*, 14 (3), p. 265-86, 1995.

- _____. "Quilombos Maranhenses". In: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (orgs.): *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 433-66, 1996.
- SANTOS, Maria Januária Vilela. *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo, Ática, 1983.
- SERRA, Astolfo. *A Balaiada*. Rio de Janeiro, Bedeschi, 1946.
- WERNET, Augustin. *O período regencial*. São Paulo, Global, 1982.